



Ementa do Curso De Desfazimento de Bens Móveis Inservíveis EaD Com Tutoria

1. Nome do curso: Desfazimento de Bens Móveis Inservíveis

2. Objetivo Geral:

Capacitar os servidores quanto aos principais aspectos técnicos legais para a realização de desfazimentos de bens móveis – por doação, à luz da legislação pertinente, notadamente ao disposto na Portaria Conjunta SAD nº 505, de 14 de fevereiro de 2017.

3. Carga Horária: 20 horas/aula.

4. Conteúdo Programático:

Competência 1 – Compreender os conceitos básicos da legislação patrimonial relacionada ao procedimento de desfazimento de bens – por doação.

Competência 2 – Identificar as melhores práticas e o passo a passo indicados pela Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco, documentos e justificativas a serem apresentados para instruir o processo de desfazimento por doação.

Competência 3 – Entender o procedimento de classificação de bens móveis.

Competência 4 – Identificar o papel do servidor no processo de desfazimento de bens por doação.

5. Metodologia: De Ensino a Distância: uso da apostila *online*, leitura complementar, vídeos, materiais complementares, fóruns, avaliações de aprendizagem, tutoria.

Metodologia de Avaliação de Aprendizagem: exercício de aprendizagem por Competência e fóruns.

6. Bibliografia.



BAHIA. SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. Instrução Normativa SAEB nº 019/2014. Altera a Instrução Normativa nº 018, de 05 de novembro de 2014 e dá outras providências. In: DOE 08 e 09/11/2014: 9 Disponível em <http://www.sueb.ba.gov.br/>

BRASIL. DECRETO Nº 99.658, DE 30 DE OUTUBRO DE 1990. Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d99658.htm

BRASIL. LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997. Estabelece normas para as eleições. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm

BRASIL. LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002. Institui o Código Civil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2002/L10406.htm

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL. Manual de contabilidade aplicada ao setor público. 7ª Edição, 2016. Disponível em <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/563508/MCASP+7%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+Vers%C3%A3o+Republica%C3%A7%C3%A3o+2017+06+02.pdf/3f79f96f-113e-40cfbbf3-541b033b92f6>

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL. MANUAL SIAFI. Biblioteca Nacional sob nº 102465, livro nº 148, fl.059. Disponível em <http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/>

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL. Divulga o detalhamento das naturezas de despesas 339030, 339036, 339039 e 449052. PORTARIA STN/MF Nº 448, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002. Disponível em <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/>



PERNAMBUCO. DECRETO Nº 35.706, DE 21 DE OUTUBRO DE 2010. Institui o Comitê Estadual de Resíduos Sólidos, e dá outras providências. Disponível em <http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=22163>

PERNAMBUCO. DECRETO Nº 38.875, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012. Institui o Subsistema de Gestão de Patrimônio e Materiais, integrante do Sistema de Gestão Administrativa do Poder Executivo Estadual. Disponível em <http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=14339&tipo=>

PERNAMBUCO. DECRETO Nº 39.117, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2013. Aprovou o Regulamento da Secretaria de Administração, e dá outras providências. Disponível em <http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=15420&tipo=>

PERNAMBUCO. DECRETO Nº 39.639, DE 25 DE JULHO DE 2013. Institui a obrigatoriedade de realizar os procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens do Estado nos casos que especifica. Disponível em <http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=15359>

PERNAMBUCO. DECRETO Nº 40.222, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2013. Institui o Sistema Integrado de Gestão de Compras, Contratos, Licitações, Patrimônio e Almoxarifado – Sistema PEINTEGRADO, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Estadual. Disponível em <http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=14036&tipo=>

PERNAMBUCO. DECRETO Nº 42.589, DE 20 DE JANEIRO DE 2016. Dispõe sobre as normas gerais relativas ao leilão, realizado pela Secretaria de Administração, para a alienação de bens inservíveis, apreendidos ou abandonados. Disponível em <http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=18207&tipo=>

PERNAMBUCO. DECRETO Nº 44.476, DE 24 DE MAIO DE 2017. Dispõe sobre as diretrizes para a instituição e funcionamento das Setoriais de Controle Interno, no âmbito



do Poder Executivo Estadual. Disponível em <http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=28048>

PERNAMBUCO. LEI Nº 7.741, DE 23 DE OUTUBRO DE 1978. Institui o Código de Administração Financeira do Estado de Pernambuco e dá outras providências. Disponível em <http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=5455&tipo=>

PERNAMBUCO. LEI COMPLEMENTAR Nº 141, DE 3 DE SETEMBRO DE 2009. Dispõe sobre o Modelo Integrado de Gestão do Poder Executivo do Estado de Pernambuco. Disponível em <http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=711&tipo=>

PERNAMBUCO. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO. Portaria SAD nº 1045, DO DIA 12 DE JULHO DE 2013. Requisitos para gestor de patrimônio. Disponível em www.sad.pe.gov.br

PERNAMBUCO. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO. PORTARIA CONJUNTA SAD/SEFAZ n.º 152, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016. Disciplina os procedimentos de inventário de bens móveis e imóveis no âmbito do Poder Executivo Estadual. Disponível em www.sad.pe.gov.br

PERNAMBUCO. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO. PORTARIA SAD Nº 505 DO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017. Regulamenta a doação de bens móveis no âmbito do Poder Executivo Estadual. Disponível em www.sad.pe.gov.br

PERNAMBUCO. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO. PORTARIA SAD/SDS n.º 035, DE 19 DE MAIO DE 2017. Dispõe sobre a necessidade do desfazimento de semoventes inservíveis, na modalidade doação, no âmbito dos Órgãos Operativos da Secretaria de Defesa Social. Disponível em www.sad.pe.gov.br



PERNAMBUCO. SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE.

Manual para a destinação: orientação ao consumidor sobre como e onde destinar os resíduos sólidos em Pernambuco. Disponível em

http://www.semas.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=5e40d046-dc25-4387-96a7-8132362eb9ca&groupId=709017